

# Maria Alexandra Gago da Câmara

## **A Escrita e a Arte de “Bem Viver”: Sociabilidade e Cultura Civil de Setecentos**

*SAVOIR VIVRE, Le, (Morale) le savoir vivre, dans notre nation, consiste à saisir les usages reçus, à avoir pour les autres toutes les manières convenables établies par la mode, être honnête & poli dans la société; enfin faire avec aisance, avec gracie mille petits riens qui l’ont point de nom. Selon la pure morale & les idées de la droite raison, le savoir vivre ne consiste que dans les grands & bonnes choses, car ce mot signifie remplir les devoirs de son état, en écarter toutes les futilités, & mener dignement la vie pour laquelle on est né.*

*D. J.*

*In Encyclopédie ou Dictionnaire Raisonné des Sciences des Arts et des Métiers par une société de gens de Lettres. Mis en ordre & publié par M. Diderot; & quant à la partie Mathématique, par M. D’Alembert. Troisième Edition, Tome Trentième. A Neufchâtel, Chez la Société Typographique, 1777.*

No âmbito específico deste colóquio pareu-nos interessante cruzar duas áreas do saber, incidindo pontualmente no nosso campo de investigação: a História da Arte, ou seja a comparação entre um discurso pictórico e visual e todo um processo de construção e “fabricação” mental que lhe está inerente.

Procurámos, deste modo, associar a caracterização de modelos sociais e culturais da Europa *Moderna* (dita Antigo Regime) e o discurso plástico da pintura azulejar (um campo de investigação que temos vindo a trabalhar) alargando, enquadrando e perspectivando as relações e significações entre uma narratividade plástica e estética própria da iconografia azulejar com um terreno mais vasto da arte e da cultura portuguesa de Setecentos.

Considerando a relativa abundância de registos ligados ao quotidiano na azulejaria portuguesa desta época, decidimos integrá-la nos quadros da vida social e galante que a produziram, apresentando-os como temas iconográficos intimamente conotados com a “arte de bem viver” protagonizando e acompanhando a evolução do gosto e tipo específico de “consumo” estético da sociedade portuguesa de então. A azulejaria deste período assume-se

como vocabulário social numa espécie de catálogo de regras do “saber estar” que surgem concomitantemente como contributo de prestígio para uma hierarquia social e como veículo do imaginário mundano.

O tema em destaque integra diferentes formas comportamentais e de sociabilidade – aplicada neste contexto num sentido assumidamente mais normativo do que descritivo – com um conceito total (ou se quisermos totalizante) de “arte de bem viver”<sup>1</sup> veiculado a uma cultura civil do homem de Setecentos.

O conceito de civilidade<sup>2</sup> e a “arte de bem viver” assumem ao longo do século XVIII em contexto europeu referências sociais e chaves conceptuais da maior importância da mentalidade de elite deste período. Estes próprios conceitos não implicam apenas um caminho para a realização de actos banais do quotidiano como comer e estar à mesa, vestir e passear, receber visitas e conversar, mas sim, percursos estruturais e interpretativos do mundo social, pressupondo a codificação escrita ou visual de um discurso comportamental, impondo códigos normativos, tendendo a configurar-se numa antropologia geral do comportamento.

Torna-se assim oportuno abordar este princípio fundamental sobre a teorização de uma conduta comportamental. A criação de um modelo ideal de comportamento rotulado de “*honnête homme*” não foi evidentemente uma invenção do Iluminismo, mas sim, um acumular de princípios e regras legítimas, uma colecção de exemplos do “saber estar” cujas raízes se podem encontrar na obra fundamental de Erasmo – “*A civilidade pueril*” texto publicado pela primeira vez em Basileia no ano de 1530.

Funcionando como uma matriz, este curto tratado em latim fixa por três séculos, o género literário que assegurará à pedagogia das boas maneiras a sua vasta produção. A proposta erasmiana foi universal. Tratando-se de um manual sem pretensões – à margem dos grandes empreendimentos do humanismo europeu – propõe-se práticas renovadas numa sociedade em plena mutação de valores que necessitava obviamente de uma linguagem comum e de novos pontos de referência elevando a civilidade a um verdadeiro género literário que irá conhecer um enorme editorial.

Ao longo do século XVIII, este conceito apresenta-se cristalizado, oscilando entre duas variantes: um comportamento puramente exterior e social, de *aparência* e o de um refinamento moral e afectivo. Estamos longe de imaginar que a civilidade<sup>3</sup> não se refira a um estado de costumes, sem que haja uma influência sobre um comportamento interior do indivíduo, especificamente na sua moral.

Implicando receptividade, sensibilidade, capacidade de linguagem e de compreensão, todas as regras passaram por um processo de aprendizagem, onde o papel do texto e das

referências escritas foi fundamental. A extraordinária riqueza da literatura de civilidade conduz-nos à definição de ideais de comportamento e regras de interação social.

A tratadística da civilidade deste período, a que só muito recentemente a historiografia tem vindo a prestar alguma atenção forneceu ensinamentos e revelou uma espécie de equilíbrio entre a permanência de um ideal social e ético e a mudança dos modos, das modalidades e formas de sociabilidade e urbanidade através dos tempos.

Foi este o campo de trabalho que nos interessou, o estudo da designada literatura comportamental (vulgarmente conhecidos por tratados do “bem-viver” por oposição aos do “bem morrer” (*ars moriendi*), numa desmontagem da discursividade normativa e a sua correspondência com a uma idealização de quotidiano. Este vastíssimo *corpus* de trabalho constitui um ponto de partida para o entendimento mais alargado de uma cultura social e civil deste período. Proporcionando estudos transversais e comparados, podemos seguir com atenção as diferentes naturezas e evolução de modelos comportamentais, dos ideais e das práticas prescritas no que diz respeito por exemplo aos rituais da mesa, à conversação; às diferentes maneiras de estar, aos próprios gestos e expressões corporais e faciais, aos espaços de sociabilidade, etc., textos no fundo onde a escrita pretende influir sobre os saberes práticos em gestos, hábitos e comportamentos.

Compulsando os índices destas obras e na tentativa de os arrumar sob o ponto de vista metodológico, deparámo-nos à partida com três grandes tipologias ou se quisermos chamar géneros, definidos de acordo com destinatários e com seus próprios conteúdos, não deixando de ser complicado procurar nestas obras de comportamento social uma fronteira e limite dos temas abordados: aspectos políticos, questões de educação, moral e filosofia.

No primeiro grupo, cabem os manuais de civilidade editados em Portugal no século XVIII são, regra geral, traduções livres ou adaptações de manuais franceses, ou cópias mais ou menos actualizadas, de anteriores manuais portugueses, eles próprios também já obras traduzidas<sup>4</sup>.

No segundo grupo, os tratados pedagógicos, incidem na vertente da educação moral e civil das crianças; e um terceiro grande grupo, a tratadística piedosa e religiosa, na linha dos tratados de devoção seiscentistas<sup>5</sup>.

Neste primeiro grupo – aquele que conhecemos melhor – surgem, editados entre nós, traduções de obras francesas, apelando a um ideal de homem civil, político, ético e galante, sendo este o grupo de textos normativos que se opõe a toda uma literatura dita da “mundaneidade” expressa em crónicas, folhetos volantes, teatro de cordel, obras satíricas, enfim; um mundo de aplicações e transformações dos papéis sociais da época. Pelo confronto

destes dois tipos de documentação – e esse trabalho não está sistematicamente elaborado – se poderá saber até que ponto esta discursividade imposta não podia estar desfasada relativamente às práticas e usos da sociedade portuguesa.

Todo este tipo de literatura que tem como finalidade a teorização do conceito civilidade acompanhou ao longo do século XVIII um percurso social demarcado: designava-se pela delicadeza mundana nos seus aspectos mais pragmáticos, medida em grande parte pelas suas exterioridades e aparências. A aprendizagem nos manuais do código do “bem viver” surge simultaneamente como uma lógica de distinção.

A evolução da representação de uma tipologia do comportamento social – que insiste no início do século sobre as características éticas e religiosas – fundamentalmente o território de uma sociedade aristocrática – passa, na segunda metade do século, a alargar esse território a uma nova elite emergente.

Um olhar sobre esta literatura revela-nos vários indicadores comuns: eram na maioria livros de bolso, de pequeno formato, fáceis de guardar e transportar. Para além de um formato gráfico específico, a composição tipográfica destes manuais assumia uma curiosidade na medida em que utilizava uma diversidade de caracteres, sobressaindo um carácter do tipo cursivo, que imitava a letra francesa feita à mão, e que pressupunha, à partida, uma aprendizagem do alfabeto escrito.

Na maioria dos casos, estes livros, no seu prólogo, dirigiam-se ao leitor, mantendo uma relação personalizada com este. Muitos são os exemplos, de edições onde aparecem dedicatórias, como é o caso da obra de Martinho de Mendonça de Pina e de Proença<sup>6</sup>.

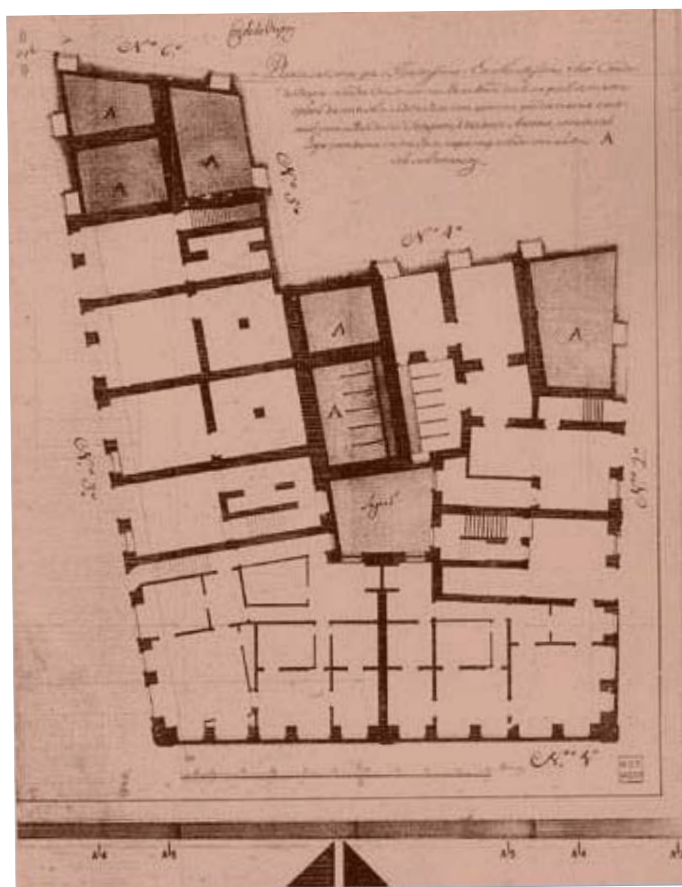
Esta questão passa, evidentemente, por um processo de comunicação, pressupondo uma mensagem que é simultaneamente dirigida a um todo (público-leitor) ou a alguém em especial (referencial-modelo).

Todo o texto devia ser decorado, o leitor – qualquer que fosse a sua idade – tinha forçosamente de fixar as suas máximas; “(...) *como em outros tantos Dicionários para que o menino as decore e dê razão de tudo o que se lhe perguntar (...)*”<sup>7</sup>; espécie de catecismo, que seguia um método sintético e compendário, assumindo muitas vezes a forma de diálogo<sup>8</sup>. São volumes que condensam saberes elementares em fórmulas mnemónicas concisas e simples para uma conduta eficaz na sociedade, apresentando-se as práticas do quotidiano entendidas como ensinamento codificado em modelos e regras.

Foi muito estreita a relação que estes manuais mantiveram com as abrangentes “artes de bem viver” de que o azulejaria se tornou protagonista impondo ela própria um discurso visual sobre a vida privada.

Pelas suas próprias virtualidades a azulejaria tornou-se um meio privilegiado para a representação e reprodução do dinamismo social, um simulacro da via social, sendo possível aproximar este tipo de documentação a momentos visuais precisos marcados na pintura azulejar.

Do conjunto de textos consultados, elencamos, categorizamos e identificamos situações-tipo, relacionados com o universo social da casa e algumas práticas sociais que lhe advêm com espaço social e de representação. Por uma planta dos anos 60 do século XVIII pertencente ao Arquivo das Obras Publicas<sup>9</sup>, podemos identificar por excelência os espaços físicos onde se pontuava o ritual social, onde se consumia o tempo de ócio e se enunciava uma série de modelos de condutas sobre os outros (corredores como espaço de circulação, escadas, salas, etc. enunciam uma demarcação evidente das funções na casa).



**Figura 1** — “[...] Planta das cazas que o illustrissimo e Excellentissimo Sr. Conde de Oeiras [...] 1759”

Outra das situações que nos aparece com frequência é a Visita. Quase sempre mencionada como uma situação de quotidiano envolvendo componentes de civilidade e de espectacularidade (*Modo de Fazer Visitas e Modo de Tomar Vizitas*), até mesmo indicações precisas sobre o próprio espaço de recepção. João Rosado de Vasconcellos<sup>10</sup> redige no seu tratado a forma como se deve receber as pessoas de qualidade: “*todos devem acompanhar até ao topo da escada e esperarem aí até darem as costas no fim da mesma... se acompanhará a visita até fora da porta, mandando sempre que o escudeiro acompanhe a visita até sair para a rua (...)*”.

Torna-se óbvio que esta questão se relacione com a decoração da própria habitação, onde se revela a distinção e o *status* do proprietário da casa e onde a azulejaria barroca conheceu uma função social muito bem demarcada. As conhecidas figuras de convite – nas diferentes atitudes de receber o visitante – foram talvez a tradução visual mais fiel de um discurso de entrada e de aparato. Revestindo uma zona social da casa: escadas, varandas, terraços, átrios e portas de acesso, acompanharam a separação entre o quotidiano e o mundano.



**Figura 2** — Escadaria da antiga casa nobre, Figura de Convite (1730-1750), Rua de São Boaventura, Bairro Alto, Lisboa

Ainda relacionado com o espaço da casa a mesa e o jogo tornam-se capítulos exclusivos dos manuais de civilidade.

A mesa, considerada uma verdadeira arte social, foi durante o século XVIII regida pelo modelo da corte francesa funcionando como matriz das “artes da mesa” nos seus aspectos de encenação do poder e do prazer dos sentidos.

Em redor de questões como: *Do que se deve observar quando estamos à meza*<sup>11</sup>, exigia-se o conhecimentos dos preceitos de estar à mesa, assim como servir à mesa. Estabelecia-se um jogo de relações entre os convivas, os alimentos e o respectivo uso dos utensílios, e nalguns casos a forma de trincar as diferentes peças de assados que juntamente com os manuais de cozinha e outros textos compunham um cenário sobre a civilidade da mesa como nos indica este texto, uma fonte anónima de 1789: “(...) Lembrando-me da magnificiência do jantar, devo advertir-me que adiando-se e aperfeiçoando-se a ciência dos cozinheiros se introduzio o costume de se comporem as mesas com tal ordem e simetria que a variedade, delicadeza e perfeição das iguarias não só fosse agradável ao gosto mas também à vista (...). (...) No meio da dita casa estava huma grande meza, no centro da qual se vião jardins, rios, pontes, arvoredos, pyramides, torres e muitas figuras de louça riquíssima que diserão ser da Saxónia.”<sup>12</sup>

A encenação deste quotidiano privado foi trabalhado pela iconografia azulejar de forma mais ou menos ingénuo. O tema da refeição tanto interior como exterior é recorrente. **(Fig.3)**



**Figura 3** — Cena de refeição, painel de meados do século XVIII, Quinta de Manique, Estoril

O jogo apresenta-se no discurso normativo como um problema inquietante, enquanto vício, até ao século XVIII muitas vezes tolerado à elite. Mas para além das críticas que certos jogos e divertimentos recebiam, este encontrava-se como prática social distintiva, pois muito são os textos (tratados sobre o jogo) que se empenhavam na justificação da sua prática valorizada como exercício mental estimulante, aconselhando-se os jogos que exigiam uma aprendizagem<sup>13</sup>. Ao jogo era reservado na casa um determinado espaço físico e área social.

O jogo foi um tema necessário e dominante que interessou muitos pintores de azulejo, correspondendo a um tipo de encomenda muito particular.

A dança aparece nos manuais como uma técnica corporal, impondo-se como um acto igualmente social que satisfaz as normas do grupo social. A tratadística aborda questões acerca da utilidade social da dança e o seu alargamento a todos os actos do andar, saudar e outras cortesias, funcionando como códigos sobre o movimento e verdadeiros laboratórios da “maneiras”. É especificamente a partir de meados do século XVIII que são traduzidos e publicados em Portugal dois principais tratados: *Arte de Dançar à francesa que ensina o modo de fazer todos os diferentes passos de minuete, com todas as suas regras, e a cada hum delles o modo de conduzir os braços: obra muito conviente, não só a mocidade, principalmente civil que quer aprender a bem dançar, mas a quem ensina as regras para bem andar, saudar e fazer cortesias que convém a qualquer classe de pessoas: traduzida do idioma francez em Portuguez por Joseph Thomas Cabreira*, Lisboa, Officina Patr. Franc. L. Ameno, 1760 e – *Tratado dos principaes fundamentos da Dança Obra muito util, não somente para esta mocidade, que quer aprender a dançar bem, mas inda para fazer as pessoas honestas, e polidas, as quaes ensina as regras para bem andar, saудар e fazer todas as cortesias que coonvem em as assembleias adonde o uzo do mundo a todas chama. Offerecido a toda a nobreza Portuguesa por Natal Jacome Bonem, mestre de dança*, Coimbra, Officina dos irmãos Ginhoens, 1767.

A leitura destas obras testemunha o culminar de um processo de síntese entre os gestos tratadisticamente estabelecidos e a sua prática e execução. A dança apresenta-se como um excelente tema visual que o azulejo barroco apropriou<sup>14</sup>.



**Figura 4** – Cena de Dança, painel da 2.<sup>a</sup> metade do século XVIII. Palácio Ceia, Lisboa

Elemento fundamental do cortejar materializou-se com o modo de viver o corpo socialmente e como instrumento de representação da sociedade.

Por fim; podemos admitir sem esforço que os painéis de azulejos que apresentam o quotidiano nas suas múltiplas vertentes, participavam, tal como o discurso sobre a civilidade em estratégias de ensinamento sobre padrões comportamentais. Os revestimentos de azulejos setecentistas em espaços civis tornaram omnipresentes as novas formas de interação e convivialidade, funcionando como modelos didáticos e pedagógicos de uma arte de “estar”.

O azulejo dotou – pelas suas capacidades enquanto suporte pictórico – arquitecturas estáticas com outra realidade vivencial, estabelecendo uma relação recíproca a três dimensões: a definição do próprio espaço pessoal (enquanto sujeito a ver), a relação estrutural com a arquitectura que reveste e o confronto com o espaço total representado.

Também neste contexto, a azulejaria de Setecentos poderá assumir um significado de obra narrativa, resultando de uma relação sempre permanente e constante entre dois mundos: o recriado pelo pintor e o real apreendido pelo espectador.

## Notas

**1** Chamo a atenção para a extensão desta expressão, entendida nas suas três vertentes: a cidade, o uso do espaço privado, ou seja a casa ou habitação e o quotidiano traduzido no uso de práticas sociais de convivialidade e urbanidade.

**2** Aqui iremos com intenção distingui-lo dos conceitos de etiqueta e de cortesia. Termos associados a uma codificação do comportamento, assumiram diferentes apropriações entre os séculos XVI e XVIII. Ao seu estudo se relaciona a cerimonialidade no Antigo Regime. Veja-se *Rituale, Cerimoniale, Eichetta* (a cura di Sergio Bertelli e Giuliano Crifó, Studi) Bompiani, Milão, 1991.

**3** A filiação deste conceito encontra ,como sabemos, inevitavelmente, terreno nos variados campos da literatura. Moralistas e críticos aplicam-no sem limites, pois trata-se de um tema omnipresente como a propósito nos escreve Abade Prévost na tradução portuguesa da “Arte de agradar a conversação”: “(...) *Civilidade é o vínculo mais sagrado da sociedade, o qual consiste na união de prudência e descrição para se dar a cada um o que lhe é devido. Esta virtude não consiste numa simples aparência do exterior, pois deve ter o seu princípio na nossa alma (...)*”, *Arte de agradar na conversação*, Porto, Ant. A. Ribeiro Guimarães, 1783, pp. 10.

**4** Grande número destes manuais foram objecto de frequentes edições que chegaram ao século XIX. Nalguns casos, as reedições foram revistas no sentido de adequar o código às modificações surgidas na prática social, tentativa que se traduz quer na omissão, quer pelo acrescentamento de algumas indicações pontuais. Veja-se a este propósito, a pesquisa realizada para os manuais do século XIX e princípios do século XX: M. de Lurdes Lima SANTOS, *Para uma sociologia da cultura burguesa em Portugal no século XIX*, Lisboa, Presença, 1983.

**5** Cf. Francisco DE SALLES, *Introdução à vida devota*, Lisboa, 1609; entre muitos outros.

**6** “(...) *Ao Excellentissimo Senhor Marquez de Alegrete...*”

Excellentissimo Senhor.

MEU Senhor: Ninguém melhor que Vossa Excellencia conhece a importância da boa/educação, e os efeitos dos habitos virtuosos adquiridos na infância, de que não he necessario mais exemplo, que os da Casa de Vossa Excellencia, em cujos seis frondosos ramos as virtudes, que todos admiraõ, são frutos, que produziu a mais acertada educação, que venerey, tendo a honra de assistir no Palacio de Vossa Excellencia, onde aprendi quanto escrevo nestes Apontamentos, que a Vossa Excellencia dedico, como devido tributo.

*Lisboa Occidental. 20 de Setembro de 1733 (...)*.

Cf. Martinho de Mendonça de Pina e de PROENÇA, *Apontamentos para a educação de hum menino nobre que para seu uso particular fazia (...)*. Lisboa, José António da Silva, 1734. Esta fonte, foi objecto de tese de doutoramento, onde o autor apresenta a edição crítica. Cf. GOMES, Joaquim Ferreira, *Martinho de Mendonça e a sua obra pedagógica*, Ed. crítica dos Apontamentos para educação de hum menino nobre, [Coimbra], Universidade de Coimbra, 1964. *Ibidem*, pp. 5 e 6 (sem páginas).

7 Cf. *Escola de política ou tratado pratico da civilidade Portugueza por D. João de N. Sr<sup>a</sup> Porta Siqueira*. Lisboa, 1791. pp. 7. Também, no caso de traduções e adaptações de obras, as ofertas são expressas: “*Tratado de Educação física e moral dos Meninos de ambos os sexos traduzidos do francês em linguagem portuguesa e offerecido ao Exm<sup>o</sup> Senhor Manoel Maria da Piedade*. Primogénito do Exm<sup>o</sup> Senhor José de Seabra da Silva e a Senhora D. Anna Coutinho Pereira de Sousa Freire pelo bacharel Luís Carlos Moniz Barreto, Lisboa, 1787. E a tradução da obra de Bellegarde “*Modelo de conservações para pessoas polidas e curiosas pelo Abade de Bellegarde em língua Franceza (...) Dedicada ao ilustríssimo senhor D. Joam de Mello do Conselho de Sua Majestade e Conego Presbytero de Santa Basílica Patriarcal, 1734 (...)*”

8 Está quase sempre expressada nestes textos a intenção de memorização: “Foi por este motivo, que eu julguei dever tratar cada huma das matérias relativas a este objecto primeiro em geral, depois analyzingo-as pondo-as debaixo de diferentes prospectos, como em outros tantos Dicionários para que o menino facilmente as decore e dê razão de tudo o que se lhe perguntar (...) Cf. *Escola de política ou tratado pratico da civilidade Portugueza por D. João de N. Sr<sup>a</sup> da Porta Siqueira*. Lisboa, 1791, pp. 7. Para além da forma tratadística do discurso, alguns manuais assumem formas de diálogo. O século XVIII adopta a técnica do diálogo, tornando-se um discurso típico de sociedade em debate permanente. Estamos perante uma teoria do diálogo, que muitos manuais de civilidade nos oferecem, precisando, no fundo a maneira de conduzir um discussão. Cf. Jeanne Maria Leprince BEAUMONT – *Tesouro de meninas ou diálogos entre uma sábia aia e as suas discípulas (...)*. Lisboa, 1785 e Bento MORGANTI – *Tardes de mayo ou tardes de passeio, passadas em conversação erudita para servir à mocidade portugueza e de introdução a geografia reduzidas em forma de diálogo*. Coimbra, Off. de Joseph da Costa, 1758.

9 Cf. **Fig. 1**. Trata-se de um desenho seleccionado do conjunto de plantas e alçados de casas construídas na Rua da Sé (1759-1769), propriedade do Conde de Oeiras [...] Planta das cazas que o illustríssimo e Excellentíssimo Sr. Conde de Oeiras [...], desenho: plantas e alçados, 1759. AHMOP, n.º 286.

10 João Rosado de Villalobos de Vasconcellos (1786), bacharel pela Universidade de Coimbra, foi professor de retórica e poética em Évora. Publica e traduz um conjunto de obras sobre a educação da mocidade. Cf. – “*O Perfeito pedagogo na arte de educar a mocidade em que se dão as Regras da Policia e Urbanidade Christã, conforme os usos e costumes de Portugal*”, Lisboa, 1782, pp. 125.

11 Cf. João de Nossa Senhora da Porta SIQUEIRA, *Escola de Policia ou tratado práctico de civilidade portugueza*, Lisboa 1791, Cap. VII.

12 Cf. *Cartas sobre as modas*. Lisboa, Typ. Rollandianna, 1789, pp. 109, 110 e 115. Trata-se de conjunto de cartas dirigidas a respeitável chefe de família vivendo na província o qual para satisfazer o desejo do filho e da jovem nora, encara a hipótese de ir viver para a corte. O autor anónimo dessas cartas tenta dissuadi-lo da ideia, alertando-o para os inúmeros perigos que espreitam ao jovem casal na sua chegada à capital, local de todas as tentações. Esta correspondência vai deste modo dar origem a uma série de situações “encenadas” em que o autor imagina a chegada do jovem casal enredado pelo turbilhão da moda, sob o olhar atento e amedrontado do pai, espectador impotente perante o esbanjamento da sua fortuna.

**13** Muitos jogos caíam em desuso, outros eram inventados, como nos indicam os títulos de alguns manuais: “*Explicação do jogo Ganhaperde, que achando-se não só morto, mas sepultado no tumulto do esquecimento, se faz inteligível à 1ª nobreza para que esta lhe possa dar elementos com o seu grande espírito*”, 1749 e *Novo jogo intitulado: O Disvelo, que para exercício da entrepalia, inventou e dispoz, Francisco da Silva Cardozo, natural de Peronegro, Termo de Torres Vedras*, Lisboa, Off. Francisco Sabino dos Santos, 1777.

**14** Cf. Daniel TÊRCIO, *Dança e Azulejaria no Teatro do Mundo*, Lisboa, Edições Inapa, 1999.